



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001030-08.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Assessoria de Engenharia - ASSENGE

ASSUNTO: Homologação da Concorrência Eletrônica n. 03/2023 -  
Contratação de pessoa jurídica especializada - Execução da obra de ampliação  
e reforma do fórum eleitoral de Vilhena.

**DESPACHO Nº 1522 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Assessoria de Engenharia - ASSENGE, para tramitação dos atos necessários à contratação de empresa especializada para realização da ampliação e reforma no Edifício do Fórum Eleitoral de Vilhena, com os contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD ([1027182](#)).

Depois de realizada a Concorrência Eletrônica nº 3/2023 ([1073430](#)), vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas a sua homologação.

Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital.

O Pregoeiro juntou aos autos: relatório de propostas ([1081973](#)) e termo de julgamento ([1095465](#)). Por fim juntou o Relatório nº 65/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([1096386](#)), expondo as principais ocorrências do certame. Em seguida, encaminhou os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([1096398](#)).

Mediante o Parecer Jurídico n. 295/2023 ([1096561](#)), a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela adjudicação do item único do objeto pela autoridade superior em favor da licitante NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ nº 12.209.450/0001-78, detentora da melhor proposta oferecida no certame; e pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termos de Julgamento ([1095465](#)), com fundamento no art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021.

No dia e horário agendados, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública desta Concorrência Eletrônica. Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada a licitante NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ nº 12.209.450/0001-78, em razão de atender os requisitos de habilitação



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com a apresentação dos documentos necessários ([1094956](#) e [1092948](#)), de acordo com a manifestação da unidade demandante ([1094999](#) e [1095207](#)).

Não houve registro de intenção de recurso.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no relatório de propostas ([1081973](#)), termo de julgamento ([1095465](#)) e Relatório nº 65/2023-ASLIC ([1096386](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018:

a) **ADJUDICO** o objeto à licitante NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ nº 12.209.450/0001-78, já que demonstrou condições para contratação com o setor público e é detentora da melhor proposta; e

b) **HOMOLOGO**

**A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N. 03/2023**, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021, nos exatos contornos do Termo de Julgamento ([1095465](#)).

Efetuada a homologação no Sistema Compras.gov.br, à ASLIC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado do pregão eletrônico nos sites eletrônicos oficiais e anexar o comprovante aos autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 14/12/2023, às 17:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.